

**Configurações Políticas e (Re) Significação do Ensino em Moçambique:**

Para uma Educação de Qualidade no Século XXI

**Political Configurations and the (Re)Signification of Education in**

**Mozambique: Towards Quality Education in the 21st Century**

**Configuraciones Políticas y (Re)Significación de la Enseñanza en**

**Mozambique: Hacia una Educación de Calidad en el Siglo XXI**

DOI - 10.70678/revistasalaoito.v1i9.1274

Bibiana Leticia António<sup>1</sup>

Dionísio Tumbo<sup>2</sup>

**Artigo científico**

**Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação.**

**Resumo**

O presente artigo problematiza as políticas educacionais em Moçambique e os seus efeitos estruturais e pedagógicos sobre o processo de ensino-aprendizagem. Consideradas como dispositivos normativos e estratégicos do Estado, as políticas públicas da educação desempenham papel determinante na configuração de sistemas educativos que respondam, de forma equitativa e eficaz, às exigências de um mundo globalizado e em constante mutação. A pesquisa insere-se no paradigma qualitativo e adota uma abordagem bibliográfica, com revisão narrativa e análise crítico-reflexiva de literatura especializada e documentos oficiais. O objetivo central é analisar a correlação entre as políticas educativas e a qualidade do ensino em Moçambique, evidenciando os avanços alcançados e os desafios persistentes. Os resultados revelam que, apesar dos esforços estatais para democratizar o acesso — como a gratuidade do ensino até a nona classe e a expansão do ensino pré-escolar — persistem fragilidades notórias no tocante à qualidade pedagógica, à equidade no acesso e à relevância curricular. Tais lacunas comprometem o desenvolvimento de aprendizagens significativas e sustentáveis. Diante disso, defende-se a necessidade de uma reconfiguração sistémica que articule formação docente continuada, melhoria das infraestruturas escolares, gestão participativa e envolvimento ativo das comunidades locais. Argumenta-se que a eficácia das políticas educacionais depende de uma ação multisetorial e sinérgica entre o Estado, as instituições escolares e a sociedade civil, com foco na inovação pedagógica e na justiça educacional.

**Palavras-chaves:** Governança educacional; qualidade da aprendizagem; políticas da educação; processo de ensino-aprendizagem; Qualidade do Ensino.

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade Católica de Moçambique, Lichinga, Moçambique e docente na Escola, bibianamuenhe@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente e investigador integrado no Departamento de Educação e Inovação Pedagógica na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Pedagógica de Maputo e Colaborador da Extensão Lichinga da Universidade Católica da Moçambique, detumbo78@gmail.com.

**Abstract**

This article examines educational policies in Mozambique and their structural and pedagogical impacts on the teaching and learning process. As normative and strategic instruments of the State, public education policies play a decisive role in shaping education systems capable of responding equitably and effectively to the demands of a globalized and ever-changing world. This qualitative study adopts a bibliographic approach, combining narrative review and critical-reflective analysis of specialized literature and official documents. The main objective is to analyze the correlation between educational policies and the quality of education in Mozambique, highlighting both progress and persistent challenges. The findings indicate that, despite governmental efforts to democratize access—such as free education up to the ninth grade and the expansion of preschool education—there remain significant weaknesses in pedagogical quality, equitable access, and curricular relevance. These shortcomings hinder the development of meaningful and sustainable learning. Therefore, a systemic reconfiguration is advocated, involving continuous teacher training, improved school infrastructure, participatory management, and active community involvement. It is argued that the effectiveness of educational policies depends on multisectoral and synergistic actions between the State, educational institutions, and civil society, focusing on pedagogical innovation and educational equity.

**Keywords:** Educational governance; learning quality; education policies; teaching and learning process; quality of education.

**Resumen**

El presente artículo analiza las políticas educativas en Mozambique y sus impactos estructurales y pedagógicos en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Consideradas como instrumentos normativos y estratégicos del Estado, las políticas públicas de educación desempeñan un papel clave en la configuración de sistemas educativos capaces de responder de manera equitativa y eficaz a las demandas de un mundo globalizado y en constante transformación. Esta investigación se enmarca en el paradigma cualitativo, adoptando un enfoque bibliográfico con revisión narrativa y análisis crítico-reflexivo de literatura especializada y documentos oficiales. El objetivo principal es analizar la correlación entre las políticas educativas y la calidad de la enseñanza en Mozambique, destacando los avances logrados y los desafíos aún persistentes. Los resultados muestran que, a pesar de los esfuerzos gubernamentales para democratizar el acceso —como la gratuidad de la educación hasta el noveno grado y la expansión de la educación preescolar— existen debilidades significativas en la calidad pedagógica, la equidad en el acceso y la relevancia curricular. Estas brechas comprometen el desarrollo de aprendizajes significativos y sostenibles. En este sentido, se aboga por una reconfiguración sistémica que articule la formación docente continua, la mejora de la infraestructura escolar, la gestión participativa y la implicación activa de las comunidades locales. Se sostiene que la eficacia de las políticas educativas depende de una acción multisectorial y sinérgica entre el Estado, las instituciones escolares y la sociedad civil, con énfasis en la innovación pedagógica y la justicia educativa.

**Palabras clave:** Gobernanza educativa; calidad del aprendizaje; políticas educativas; proceso de enseñanza-aprendizaje; calidad de la educación.

**1. Introdução**

A educação constitui-se como uma dimensão estratégica para o desenvolvimento humano, social e económico das nações, sendo considerada, conforme defendem Freire (1996) e Tedesco (2009), uma via estruturante para a emancipação dos indivíduos e o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, as políticas educacionais configuram-se como instrumentos fundamentais da ação estatal que visam regular, orientar e transformar os sistemas educativos,

impactando diretamente os processos de ensino-aprendizagem e, por conseguinte, a qualidade da educação ofertada.

Segundo Stephen Ball e Richard Bowe (1992), as políticas educacionais devem ser compreendidas não apenas como textos normativos, mas como práticas sociais situadas, atravessadas por disputas ideológicas, interesses econômicos e tensões entre atores diversos. Assim, a análise das políticas educacionais exige uma leitura crítica de suas formulações e dos efeitos produzidos nos contextos de implementação, considerando que os resultados educacionais não são meras traduções automáticas dos enunciados legais, mas construções situadas no interior das escolas, pelas práticas docentes e pelas condições materiais e culturais locais.

Em Moçambique, desde a independência em 1975, a educação foi eleita como prioridade nacional, com sucessivas reformas orientadas para a massificação do acesso, a eliminação do analfabetismo e a expansão da rede escolar (Bila, 2013; MINEDH, 2015). As políticas educacionais implementadas refletem um esforço contínuo do Estado em democratizar o direito à educação, com foco na gratuidade do ensino primário, na descentralização da gestão escolar e na valorização da formação docente. No entanto, tais políticas ainda enfrentam desafios consideráveis no que tange à equidade, pertinência curricular, qualidade pedagógica e eficácia na aprendizagem.

O sistema educativo moçambicano constitui-se num campo complexo e dinâmico, composto por instituições, normativas, práticas pedagógicas e atores sociais que interagem na concretização do direito à educação (UNESCO, 2019). Neste contexto, Jefferson Mainardes (2006) propõe a abordagem do ciclo de políticas, sugerindo que se examine o percurso das políticas desde sua formulação até sua prática efetiva, evidenciando as mediações, interpretações e resistências que ocorrem no plano da escola e da sala de aula.

Destaca-se, nesse cenário, o papel central dos professores como mediadores das políticas curriculares e agentes da transformação educativa. A formação docente, como indicam Nóvoa (2009) e Saviani (2011), deve ultrapassar a dimensão técnica e incorporar componentes epistemológicos, políticos e éticos, a fim de promover profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a justiça social e a qualidade do ensino.

Outro elemento estruturante da política educativa é o Projeto Político-Pedagógico (PPP), concebido como um instrumento coletivo de gestão democrática que orienta os objetivos da escola e os caminhos para a aprendizagem significativa dos alunos. Elaborado de forma

participativa, o PPP fortalece a identidade institucional e articula os valores da comunidade escolar aos princípios de uma educação inclusiva e transformadora (Veiga, 2003).

Este artigo tem como objetivo principal analisar criticamente o impacto das políticas educacionais no processo de ensino-aprendizagem em Moçambique. Para tal, propõe-se a: i) descrever o panorama atual da educação moçambicana; ii) avaliar as políticas educacionais em curso; iii) examinar os efeitos das políticas na qualidade do ensino; iv) propor estratégias de aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem; e v) evidenciar a relevância da avaliação e do monitoramento contínuo das políticas públicas educativas.

A metodologia adotada baseia-se em um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e analítico-reflexiva, sustentado por literatura especializada, documentos oficiais e experiências práticas observadas no contexto da docência e gestão educativa em Moçambique. Justifica-se a realização deste estudo pela urgência de compreender as lacunas e potencialidades das políticas educacionais no país, de modo a subsidiar decisões mais fundamentadas e propor caminhos viáveis para a elevação da qualidade do ensino e para o alcance de uma educação pública equitativa e transformadora.

## **2. Panorama da Educação em Moçambique**

A educação em Moçambique constitui um campo estratégico e multidimensional no processo de construção nacional, refletindo tensões históricas, desafios estruturais e ambições de justiça social e desenvolvimento sustentável. Desde a independência nacional em 1975, o sistema educativo moçambicano tem sido objeto de sucessivas reformas orientadas pela necessidade de universalizar o acesso, democratizar as oportunidades de aprendizagem e qualificar a formação cidadã. Como sublinha Severino Ngoenha (2015), o projeto educativo nacional deve ser entendido como parte integrante da luta pela autonomia do pensamento africano, sendo a escola o espaço de resistência e reconstrução da consciência identitária.

O sistema educacional tem registado avanços significativos, como a expansão da rede escolar, a gratuidade da educação até a 9ª classe (Lei 18/2018) e a introdução de políticas inclusivas voltadas para a equidade de gênero e o acesso à educação de crianças com deficiência. Entretanto, como alertam Duarte e Dias (2016), a trajetória do sistema está longe de ser linear: persistem obstáculos substantivos em termos de acesso, permanência, qualidade e pertinência do ensino, especialmente em zonas rurais e periféricas.

A qualidade da educação continua sendo uma das fragilidades centrais. De acordo com Castiano (2012), a precariedade das infraestruturas, a escassez de recursos didáticos e a

insuficiência de professores qualificados comprometem diretamente a experiência de aprendizagem e a eficácia dos processos pedagógicos. Esse cenário é agravado pelas desigualdades regionais, pelas assimetrias no financiamento público e pela ausência de políticas coerentes de valorização e formação docente contínua.

Benedito Sapane (2021) destaca que a problemática educacional em Moçambique não pode ser compreendida isoladamente de seu contexto histórico-colonial e de suas dinâmicas sociopolíticas. As políticas educacionais, muitas vezes inspiradas por agendas externas e modelos importados, tendem a reproduzir lógicas tecnocráticas e pouco sensíveis às realidades locais, o que limita sua capacidade de promover uma educação verdadeiramente transformadora.

A infraestrutura escolar, em particular, permanece como um dos maiores entraves. Diversas escolas funcionam em condições físicas inadequadas, com salas improvisadas, ausência de mobiliário e carência de instalações básicas como água potável e sanitários. Essa realidade limita a eficácia do processo de ensino-aprendizagem e acentua as desigualdades territoriais. Conforme observa Matavele (2016), a ausência de condições materiais adequadas agrava a evasão escolar, dificulta a permanência dos alunos e reduz as possibilidades de aprendizagem significativa.

No tocante à formação de professores, observa-se uma lacuna expressiva entre as exigências do currículo nacional e a capacitação efetiva dos docentes. Segundo Gadotti (2010), a ausência de uma política nacional robusta de formação inicial e contínua gera disparidades na qualificação dos profissionais da educação, comprometendo o alcance dos objetivos pedagógicos. A formação docente em Moçambique necessita ser repensada como uma construção integral e permanente, que inclua componentes científicos, didáticos, éticos e sociopolíticos. Moran (2011) reforça que, sem investimento na valorização profissional e na melhoria das condições de trabalho, os professores tornam-se agentes passivos de reformas educativas que não dialogam com suas realidades.

As reformas curriculares implementadas nas últimas décadas, embora orientadas para a modernização do sistema, têm encontrado obstáculos em sua concretização. A introdução de novos conteúdos, metodologias participativas e tecnologias educacionais exige um corpo docente preparado para lidar com tais mudanças. Como alerta Pessulo (2022), a falta de planejamento estratégico e de capacitação contínua tem levado a uma implementação fragmentada e desigual do currículo, afetando a qualidade do ensino e a equidade no acesso ao conhecimento.

Apesar dos desafios, é inegável que Moçambique registou conquistas importantes no campo da educação. A promulgação da Política Nacional de Educação (1995) e os subsequentes instrumentos legais — como a Lei 18/2018 — reforçaram o compromisso do Estado com a educação básica universal e gratuita. Além disso, têm-se multiplicado iniciativas voltadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados, como meninas, crianças com deficiência, jovens e adultos fora da faixa escolar. A introdução da educação bilingue nas zonas de predominância linguística local representa um esforço significativo para valorizar as identidades culturais moçambicanas, conforme destaca Bonde (2016), embora sua implementação ainda enfrente desafios metodológicos e de formação.

Ainda que o quadro educativo nacional aponte para um percurso de progresso, a consolidação de uma educação de qualidade e socialmente justa em Moçambique requer uma abordagem sistêmica e intersetorial, que articule políticas públicas, participação comunitária e inovação pedagógica. Essa articulação deve se pautar na construção de um projeto educativo emancipador, que, como defende Ngoenha (2015), liberte o pensamento africano das amarras da dependência epistemológica e promova a revalorização dos saberes locais como fundamentos de um desenvolvimento genuíno e sustentável.

### **2.1. Políticas Educacionais em Moçambique: Entre a Construção do Estado e a Luta por Justiça Educacional**

As políticas educacionais em Moçambique constituem-se como pilares fundamentais do projeto nacional de desenvolvimento, respondendo simultaneamente a demandas históricas, sociais e culturais por inclusão, equidade e qualidade no ensino. Desde a independência nacional, em 1975, o país tem enfrentado o desafio de reconstruir um sistema educacional que, durante o período colonial, esteve marcado por profundas desigualdades estruturais e epistemológicas. Como aponta Pessulo (2022), a educação colonial era seletiva, excludente e racializada, restringindo o acesso dos africanos ao conhecimento formal e reservando os níveis mais avançados aos colonos europeus.

No período pós-independência, a educação passou a ser concebida como um instrumento para a edificação de uma nova sociedade — centrada na formação do "homem novo", comprometido com os valores da solidariedade, do trabalho coletivo e da autodeterminação (Sapane, 2019). Nesse contexto, as reformas educacionais buscaram expandir rapidamente o acesso à escolarização, nacionalizar o currículo e valorizar os saberes

locais, numa tentativa de romper com a herança colonial e promover uma pedagogia emancipadora.

Atualmente, as políticas públicas de educação em Moçambique são balizadas, principalmente, pelo Plano Estratégico da Educação (PEE) e pela Política Nacional de Educação (PNE), documentos orientadores que expressam a visão do Estado quanto à função social da educação no país. O PEE 2020–2029, por exemplo, estabelece como metas prioritárias a universalização do ensino básico, a promoção da equidade no acesso e na permanência, a melhoria dos resultados de aprendizagem e o reforço da governança do setor educativo (MINEDH, 2020). A PNE, por sua vez, reconhece a educação como um direito humano inalienável, e a posiciona como vetor essencial para a superação da pobreza, a consolidação da democracia e o desenvolvimento sustentável.

Como observa Bonde (2016), o governo moçambicano tem implementado políticas focalizadas na expansão da cobertura escolar e na inclusão de grupos historicamente marginalizados, como crianças com deficiência, comunidades rurais, povos indígenas e jovens em situação de risco. Para tanto, adotou medidas como a gratuidade do ensino básico, a distribuição de material escolar, o reforço da alimentação escolar, a construção de infraestruturas e a criação de bolsas de estudo. Tais iniciativas visam promover uma educação equitativa e inclusiva, conforme os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas (ODS 4).

Contudo, conforme salientam Duarte e Dias (2016), essas políticas enfrentam desafios crônicos de implementação, como a escassez de recursos humanos e financeiros, a frágil formação inicial e contínua dos docentes, e a deficiente infraestrutura escolar. Essas limitações tendem a comprometer o impacto das reformas e reforçam desigualdades já existentes, principalmente entre as zonas urbanas e rurais. Matavele (2016) reforça que, apesar dos avanços quantitativos, a qualidade da educação continua a ser um dos principais entraves, afetando negativamente os indicadores de aprendizagem e de permanência escolar.

Sob uma leitura mais filosófico-crítica, Severino Ngoenha (2015) argumenta que as políticas educacionais em Moçambique devem superar o tecnocratismo importado e centrar-se num projeto de libertação epistêmica africana. Para Ngoenha, não basta aumentar o número de escolas ou alunos matriculados: é preciso interrogar os conteúdos, os métodos e os valores que estruturam a educação nacional, em busca de um modelo que emancipe, em vez de domesticar. Nessa mesma linha, Sapane (2021) defende uma política curricular que incorpore os saberes locais e promova o protagonismo epistemológico africano, rompendo com as lógicas assimilacionistas e coloniais ainda presentes no sistema educacional.

Portanto, o panorama atual das políticas educacionais em Moçambique reflete tanto avanços estruturais importantes, quanto limitações significativas. A coexistência entre conquistas e desafios exige um esforço contínuo de reconfiguração das estratégias de gestão, financiamento, formação docente e construção curricular, com vistas a uma educação que não apenas assegure o acesso, mas também promova aprendizagens significativas e justiça educacional. Como defendem os estudiosos contemporâneos da área, pensar políticas educacionais não se limita à definição de metas, mas implica a compreensão crítica dos contextos históricos, das lutas sociais e dos sentidos atribuídos à escola pela comunidade (Mainardes, 2006; Ball & Bowe, 1992).

## **2.2. Políticas Educacionais e os Paradoxos da Qualidade do Ensino em Moçambique**

A qualidade da educação constitui-se, na contemporaneidade, como um dos maiores desafios enfrentados pelos sistemas educativos africanos em geral e pelo sistema moçambicano em particular. Embora as políticas públicas de educação em Moçambique tenham sido orientadas, sobretudo nas últimas décadas, para a democratização do acesso e a expansão da rede escolar, a dimensão qualitativa do ensino permanece como um ponto crítico e estruturalmente desafiador. Como destaca Akkari (2011), a ausência de uma infraestrutura escolar adequada, a insuficiência de materiais didáticos e as fragilidades na formação contínua dos professores comprometem significativamente os processos de ensino-aprendizagem, gerando assimetrias profundas no desenvolvimento educacional dos estudantes.

As reformas educativas, impulsionadas por planos estratégicos ambiciosos, como o Plano Estratégico da Educação (PEE), têm priorizado metas de inclusão e equidade. No entanto, observa-se uma dissonância entre os avanços quantitativos e os indicadores de aprendizagem efetiva. Bolívar (2023) argumenta que, em muitos contextos periféricos, a expansão do acesso ao ensino, não acompanhada de estratégias robustas de valorização docente e requalificação pedagógica, conduz a resultados insatisfatórios, afetando a formação integral das crianças e dos jovens.

A questão da qualidade, segundo Benedito Sapane (2021), não deve ser reduzida a uma dimensão técnica ou instrumental. Trata-se de um fenômeno político, social e epistemológico, que envolve o debate sobre o currículo, os métodos de ensino, os saberes legitimados na escola e os modos de inclusão dos sujeitos na construção do conhecimento. A qualidade da educação, nesse sentido, deve ser pensada como qualidade social, comprometida com a justiça cognitiva e com a promoção da igualdade de oportunidades.

Em Moçambique, a expansão da rede escolar desde os anos 1990 resultou num crescimento exponencial das matrículas, especialmente no ensino básico. Contudo, tal crescimento não foi proporcionalmente acompanhado por investimentos na infraestrutura escolar, na formação de professores e na atualização curricular. Como aponta Stela Duarte (2016), a proliferação de salas de aula sem condições mínimas, o elevado número de alunos por turma e a escassez de professores qualificados configuram um cenário que compromete a efetividade do direito à educação. Esse quadro é particularmente grave em zonas rurais e nas periferias urbanas, onde as desigualdades socioeducativas são mais acentuadas.

Severino Ngoenha (2015), numa leitura filosófica crítica, convoca-nos a pensar a educação não apenas como um mecanismo de desenvolvimento, mas como um espaço de libertação epistemológica e cultural. Para ele, a escola africana, incluindo a moçambicana, não deve reproduzir modelos pedagógicos coloniais ou importados, mas afirmar-se como espaço de valorização da cultura local, de construção do pensamento autônomo e de resistência à lógica da dependência estrutural. A baixa qualidade do ensino, nesse horizonte, é também um reflexo de políticas que ainda não superaram as lógicas miméticas e adaptativas, herdadas de paradigmas externos e descontextualizados.

Guedes Basílio (2020) reforça que a qualidade educacional deve ser concebida a partir de uma perspectiva integradora, que contemple as dimensões da equidade, da relevância, da eficácia pedagógica e do reconhecimento dos contextos históricos e culturais. Para isso, as políticas educacionais precisam ir além da retórica do acesso e investir em modelos de formação docente baseados na problematização da prática, na investigação pedagógica e na construção colaborativa de saberes significativos.

É nesse sentido que se afirma a necessidade de reorientar as políticas públicas educacionais em Moçambique, no sentido de articular expansão e qualidade, garantindo que todos os alunos tenham não apenas acesso, mas condições reais de permanência e sucesso na escola. Trata-se de promover uma educação transformadora, como advoga Paulo Freire (1996), que respeite os contextos dos aprendentes, reconheça suas vozes e promova a emancipação dos sujeitos e das comunidades.

Portanto, o impacto das políticas educacionais na qualidade do ensino em Moçambique é marcado por avanços e contradições. Avanços no que se refere à ampliação da cobertura educacional, e contradições no que tange à eficácia e à equidade das aprendizagens. Superar esse paradoxo exige o desenvolvimento de políticas articuladas, territorializadas e baseadas em

evidências, que reconheçam a diversidade sociocultural do país e fortaleçam a escola como espaço de justiça cognitiva, inclusão e transformação social.

### **2.3. Estratégias Inovadoras e Contextualizadas para a Melhoria do Processo de Ensino-Aprendizagem em Moçambique**

O aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem em Moçambique exige a formulação e implementação de estratégias pedagógicas inovadoras, equitativas e epistemologicamente contextualizadas, que articulem políticas públicas eficazes às realidades socioculturais das comunidades escolares. Para tanto, é necessário ir além das abordagens tecnocráticas e homogeneizadoras, promovendo uma educação enraizada nos valores locais, sensível às diferenças e voltada à emancipação dos sujeitos.

Severino Ngoenha (2015) defende que a verdadeira transformação educacional em África deve passar pela “descolonização do saber e do ensino”, propondo uma ruptura com os paradigmas ocidentalizados e a valorização de epistemes africanas. Essa premissa implica pensar estratégias que não apenas melhorem os índices de desempenho, mas que resgatem o sentido da educação como processo libertador e de enraizamento cultural. Nessa mesma direção, Benedito Sapane (2021) sublinha a urgência de se construir uma pedagogia situada, que leve em consideração os saberes comunitários, os desafios da ruralidade e as práticas educativas ancestrais como componentes ativos do currículo escolar.

No plano didático-pedagógico, diversos estudos recomendam a adoção de metodologias ativas e centradas no aluno como condição fundamental para o desenvolvimento de aprendizagens significativas (Tumbo, 2023). Cabaço (2009) destaca que estratégias como a aprendizagem baseada em problemas, os projetos interdisciplinares e o uso criativo de tecnologias educacionais podem potencializar a autonomia discente, otimizar o tempo em sala de aula e promover maior engajamento. Moran (2011) reforça a importância da formação continuada de professores com foco em metodologias participativas, avaliação formativa e inclusão digital, de modo a assegurar práticas docentes mais reflexivas e responsivas às necessidades dos estudantes.

Entre as estratégias estruturais, autores como Libâneo (1994), Castiano (2005), Stela Duarte e Dias (2016) e Bonde (2016) convergem na defesa de um reajuste curricular contextualizado, capaz de refletir as especificidades sociais, culturais e económicas das diversas regiões moçambicanas. Tais ajustes devem incluir:

i) a revisão dos programas escolares, aproximando-os das demandas do mercado de trabalho e das aspirações comunitárias; ii) a inclusão sistemática de conteúdos relativos à cultura, história e línguas locais, valorizando as identidades dos estudantes; iii) a promoção da interdisciplinaridade como base para uma aprendizagem mais integrada e crítica; iv) a adaptação dos currículos às necessidades de alunos com deficiência ou dificuldades específicas de aprendizagem; e v) o fortalecimento da gestão participativa, com envolvimento efetivo da comunidade local na tomada de decisões escolares (Durte e Dias, 2016).

A esse respeito, Cipriano Gonçalves (2020) defende que qualquer proposta de melhoria do ensino-aprendizagem deve integrar uma lógica de governança educacional democrática, em que o professor seja valorizado como intelectual comprometido com a transformação social e a escola como espaço de diálogo intergeracional e intercultural.

Adicionalmente, Guedes Basílio (2020) propõe que se promova uma pedagogia da equidade, por meio da qual sejam garantidas oportunidades reais de aprendizagem a todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas ou localização geográfica. Isso requer, entre outras medidas:

investimento contínuo em infraestrutura escolar de qualidade; criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, acessíveis e afetivos; formação docente baseada em competências socioemocionais, avaliação diagnóstica e didática adaptativa; integração sistemática de tecnologias educacionais, com ênfase no ensino híbrido e na educação a distância para zonas remotas; monitoramento permanente das políticas educacionais, com foco em evidências e resultados pedagógicos tangíveis (Basílio, 2020, p. 117).

A melhoria do processo de ensino-aprendizagem passa, portanto, por um conjunto articulado de ações que envolvem desde a requalificação docente, a adequação curricular e a inovação metodológica até o fortalecimento da cultura de participação comunitária e da inteligência institucional das escolas. Como observa Sapane (2021), tais estratégias só se concretizam com o engajamento ético e político de todos os atores educativos — gestores, professores, alunos, famílias e decisores públicos — numa lógica de corresponsabilidade e construção coletiva do direito à educação de qualidade. Dessa forma, investir em estratégias educacionais inovadoras, inclusivas e territorializadas representa não apenas uma resposta aos desafios históricos do sistema moçambicano, mas uma aposta consciente no futuro do país, na promoção da cidadania ativa e na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

#### **2.4. Avaliação e Monitoramento das Políticas Educacionais em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica e Sistémica**

A avaliação e o monitoramento das políticas educacionais configuram-se como dimensões estratégicas e indispensáveis para a consolidação de sistemas educativos eficazes, transparentes e orientados para resultados socialmente relevantes. Em Moçambique, onde os

desafios relacionados ao acesso, equidade e qualidade ainda se colocam de forma persistente, o acompanhamento crítico e sistemático das políticas públicas em educação torna-se imperativo para garantir a eficácia, a coerência e o impacto dessas intervenções no cotidiano das escolas e no percurso formativo dos estudantes.

Do ponto de vista técnico, a avaliação permite mensurar os efeitos concretos das políticas educacionais, enquanto o monitoramento possibilita o rastreamento contínuo de sua implementação, identificando desvios, lacunas e boas práticas que orientem a tomada de decisão. Para tanto, utilizam-se metodologias mistas e instrumentos diversos — como avaliações padronizadas, estudos de caso, observações em sala de aula, entrevistas com alunos e professores, inquéritos institucionais e sistemas informatizados de gestão escolar — que devem estar articulados a indicadores contextualizados e de fácil interpretação (Matavele, 2016; Bonde, 2016).

Contudo, a avaliação e o monitoramento, mais do que operações técnicas, são processos político-pedagógicos que exigem posicionamento ético, epistemológico e ideológico. Benedito Sapane (2021) defende que tais práticas devem ser orientadas por princípios de justiça educacional, inclusão e responsabilidade pública, evitando tanto a lógica punitiva quanto a complacência burocrática. Para o autor, é essencial construir instrumentos avaliativos que considerem as especificidades culturais, linguísticas e territoriais das comunidades escolares moçambicanas, respeitando a diversidade sem renunciar à qualidade.

De forma semelhante, Stela Duarte e Dias (2016) alertam para o risco de uma avaliação tecnocrática e descontextualizada, que valorize apenas os resultados numéricos em detrimento da compreensão qualitativa dos processos educativos. Os autores defendem a institucionalização de uma cultura de monitoramento formativo e participativo, que envolva gestores, professores, estudantes e comunidades locais na interpretação crítica dos dados, na construção de soluções e no fortalecimento da autonomia pedagógica das escolas. Segundo Guedes Basílio (2020), a eficácia das políticas públicas em educação depende não apenas da sua concepção normativa, mas da capacidade institucional de avaliar com propósito, aprender com os erros e corrigir trajetórias. Nessa perspectiva, a avaliação deve ser processual, sistêmica e orientada por metas claras, com indicadores de desempenho que articulem insumos, processos, resultados e impactos — sempre em diálogo com os contextos em que as políticas se materializam.

O ex-Ministro do Ensino Superior, Daniel Nivagara (2020), em diversas intervenções públicas, destacou a necessidade de reforçar os sistemas de informação e os mecanismos de

supervisão pedagógica, como forma de assegurar maior coerência entre planejamento estratégico e resultados alcançados. Tal visão é corroborada por Dionísio Tumbo (2023), ao afirmar que o monitoramento efetivo das políticas educacionais requer a construção de capacidades técnicas nas escolas e nos serviços distritais, bem como o fortalecimento das práticas de liderança instrucional e de governança educativa democrática. Cipriano Gonçalves (2020) acrescenta que a avaliação deve ser entendida como um processo formativo, com foco na melhoria contínua, no desenvolvimento profissional docente e na construção de ambientes educacionais mais responsivos e sensíveis às vulnerabilidades dos estudantes. Nesse sentido, a criação de culturas institucionais de feedback construtivo, aprendizagem organizacional e responsabilização compartilhada é essencial para transformar os dados coletados em ações pedagógicas qualificadas.

Além disso, Adelino Assane (2021) ressalta que a avaliação deve considerar os objetivos estruturais das políticas — como a redução das desigualdades sociais, a inclusão escolar e o desenvolvimento das competências essenciais —, de modo que os instrumentos utilizados sejam coerentes com os princípios da política educacional vigente e os valores constitucionais da República de Moçambique.

Portanto, a institucionalização de sistemas robustos e éticos de avaliação e monitoramento constitui não apenas um imperativo técnico, mas uma exigência democrática. A consolidação dessa cultura requer investimento em formação, infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de metodologias inovadoras, bem como o engajamento ativo dos atores escolares. Conforme sustenta Severino Ngoenha (2015), avaliar é também um ato de resistência, na medida em que se afirma o direito de saber como se aprende, por que se ensina e a quem serve o conhecimento transmitido.

## **5. Considerações Finais**

A análise do panorama educacional moçambicano revela avanços inegáveis nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito à ampliação do acesso à educação básica, à consolidação de marcos legais como o Plano Estratégico da Educação (PEE) e à incorporação de princípios de equidade, inclusão e qualidade nas políticas públicas educacionais. Esses progressos demonstram o esforço contínuo do Estado moçambicano em democratizar a educação e torná-la um vetor de transformação social e de desenvolvimento humano sustentável.

Contudo, os dados e reflexões apresentados neste estudo evidenciam que o sistema educacional nacional continua a enfrentar desafios estruturais significativos. Entre eles, destacam-se: a precariedade da infraestrutura escolar, as desigualdades regionais de acesso e

permanência, a fragilidade na formação e valorização docente, a escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos, bem como a desarticulação entre as políticas curriculares e as realidades socioculturais das comunidades escolares. Tais desafios comprometem não apenas a qualidade do ensino, mas também a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

É consenso entre autores como Ngoenha (2015), Sapane (2021), Duarte e Dias (2016), Tumbo (2023) e Guedes Basílio (2020), que a qualidade da educação não se restringe a indicadores quantitativos de desempenho, mas exige uma abordagem holística, contextualizada e centrada no sujeito. A transformação qualitativa do sistema educativo exige, assim, políticas integradas e sustentáveis, que articulem formação docente contínua, inovação curricular, participação comunitária e governança democrática. Nesse contexto, a avaliação e o monitoramento das políticas educacionais emergem como ferramentas estratégicas e indispensáveis para assegurar a efetividade das ações governamentais e orientar a tomada de decisões baseadas em evidências. A implementação de sistemas de monitoramento rigorosos, participativos e sensíveis à diversidade moçambicana é essencial para detectar lacunas, ajustar estratégias e fomentar uma cultura de responsabilização construtiva no setor educativo.

Portanto, o futuro da educação em Moçambique depende de um compromisso político renovado, da mobilização intersetorial de recursos e da construção de uma visão educacional ancorada na justiça social, na cidadania crítica e na valorização da diversidade epistêmica. Mais do que um fim em si mesma, a educação deve ser entendida como um direito fundamental e como uma ferramenta transformadora, capaz de produzir sujeitos livres, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, resiliente e democrática.

### **Referências bibliográficas**

Akkari, A. (2011). *Internacionalizaçãodas Políticas Públicas, Transformações e desafios*. Petrópolis: Editora Vozes.

Assane, A. (2021). *Políticas educativas e equidade no contexto moçambicano*. Maputo: Universidade Pedagógica de Moçambique.

Basílio, G. (2020). *Governança democrática e qualidade da educação em Moçambique*. Revista Moçambicana de Educação e Sociedade, 12(3), 45–60.

Bolivar, A. (2023). *Como podemos melhorar as escolas?* Porto: Asa Ed.

Bonde, A. (2016). *Desafios da qualidade do ensino em Moçambique: Entre a expansão e a eficácia*. Maputo: Centro de Estudos em Políticas Públicas.

Bonde, R.A. (2016). *Políticas Públicas de Educação e Qualidade de Ensino em Moçambique* (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ.

Cabaço, J. (2009). *Educação, democracia e desenvolvimento em África: A experiência moçambicana*. Maputo: Escolar Editora.

Cabaço, J. L. (2009). *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.

Castiano J.P et. al. (2012). *O Barómetro da Educação Básica em Moçambique- Estudo Piloto sobre A Qualidade de Educação*. Maputo: Editora Publix.

Castiano, J. (2005). *Educação, cultura e sociedade: Ensaio de filosofia africana da educação*. Maputo: Ndjira.

Castiano, J. P. (2005). *Educar Para quê? As Transformações no Sistema de Educação em Moçambique*. Maputo: INDE, 2005.

Duarte, S. M., Dias, H. N. (2016). *Ensino Básico em Moçambique: Políticas, Práticas e Qualidade*. Maputo: Editora Educar-UP.

Duarte, S., & Dias, C. (2016). *Educação em Moçambique: Entre políticas públicas e desafios locais*. Revista Internacional de Educação, 22(1), 88–103.

Gadotti, M. (2010). *Educação e diversidade cultural*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

Gadotti, M. (2010). *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire.

Gonçalves, C. (2020). *Avaliação institucional e políticas públicas em Moçambique*. Revista Africana de Educação, 15(2), 23–40.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez.

Libâneo, J.C. (1994). *A avaliação escolar*. São Paulo: Cortez.

- Matavele, H. J. (2016). *Formação e profissionalidade: um estudo na Formação inicial de professores do Ensino Básico em Moçambique*. (Tese de Doutoramento). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Matavele, J. (2016). *Avaliação e melhoria da qualidade da educação em Moçambique*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH).
- MINEDH. (2015). *Plano Estratégico da Educação 2012–2016: Revisão e extensão até 2019*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
- MINEDH. (2015). *Desafios da Qualidade da Educação: Possíveis Soluções*. Maputo.
- MINEDH. (2020). *Plano Estratégico da Educação 2020-2029*. Maputo.
- MINEDH. (2020). *Plano Estratégico da Educação 2020–2029*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
- Ministério de Educação. (2012). *Educação Inclusiva em Moçambique. Boletim informativo trimestral, faz acontecer*. Disponível em [eas.europa.eu/archives/delegations/Moçambique/documentsnews/20120904.pdf](https://eas.europa.eu/archives/delegations/Moçambique/documentsnews/20120904.pdf). Acesso a 5/02/ 2022.
- Moçambique. Conselho dos Ministros. Estratégia de implementação de política de informática: rumo à sociedade global de informação. 27 jun. 2002. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/1432/12117/version/1/file/Estrat%C3%A9gia+de+Implementa%C3%A7%C3%A3o+Pol%C3%ADtica+Inform%C3%A1tica.pdf> Acesso em: 04 Mai. 2025
- Moran, J. M. (2011). *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus.
- Moran, J. M. (2011). *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus.
- Ngoenha, S. (2015). *Liberdade, laicidade e democracia: Um ensaio sobre as possibilidades de uma filosofia africana da educação*. Maputo: Escolar Editora.
- Nivagara, D. (2020). *Intervenções sobre o estado da educação em Moçambique*. Discursos institucionais. Maputo: MINEDH.

Pessulo, L. (2022). *Mudanças curriculares e impactos na aprendizagem: Análise crítica do ensino secundário moçambicano*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Pessuro, G. P. (2022). Política educacional em Moçambique diante das Tecnologias de Informação e Comunicação. *Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional*, 3(1), pp.3-9. DOI: <https://doi.org/10.51281/imp.e022008>

Sapane, B. (2021). *Pedagogia e políticas públicas em Moçambique: Reflexões sobre práticas e desafios contemporâneos*. Maputo: CEP-UP-Maputo

Tumbo, D. (2022, dezembro 9–10). *A Educação a distância e e-learning em tempos da Sociedade Digital* [Palestra]. IX Simpósio de Ensino de Ciências (IX SEC), Programa de Pós-Graduação em Projetos Educacionais de Ciências da Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo. Evento online.

Tumbo, D. L. (2023). *Avaliação educacional em Moçambique: Caminhos para a qualidade e equidade*. Maputo: Universidade Pedagógica de Maputo.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 28/06/2025      RECEIVED: 28/06/2025      RECIBIDO: 28/06/2025

APROVADO: 06/09/2025      APPROVED: 06/09/2025      APROBADO: 06/09/2025